

## **Desenvolvimento, metropolização e Território:**

### **A mercantilização da cidade do Rio de Janeiro – entre dominação e apropriação.**

Felipe Rangel Tavares

[feliperangel01@yahoo.com.br](mailto:feliperangel01@yahoo.com.br)

Programa de Pós-Graduação em Geografia PUC Rio

Palavras-chave: Desenvolvimento, metropolização, mercantilização da cidade, territorialização, territorialidade.

#### **Resumo**

O processo de metropolização confere ao espaço cada vez mais características metropolitanas, cuja função é permitir a reprodução do capital, sustentando assim, sua circulação, um clima favorável de negócios e a inserção competitiva da metrópole no mercado mundial. O desenvolvimento metropolitano constitui-se como intenção e projeta-se na realidade prático-sensível, produzindo o território conforme a sua imagem e semelhança (Ocidentalizado – europeu ou norte-americano – moderno, evoluído, superior). A partir de distintos atores que detém o poder (econômico e político) de decisão, em interações mais ou menos intensas (Estado, Bancos, Instituições supra-locais, Incorporadoras imobiliárias), o projeto de desenvolvimento hegemônico, concebido como uma ideologia produz o território metropolitano e este intervém nas relações sociais que também o reproduz. Assim, a metrópole é produto de um projeto de desenvolvimento cuja finalidade é reproduzir a lógica do sistema capitalista. Este estudo investiga a relação entre desenvolvimento e o processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro, a partir de obras de “revitalização” cuja finalidade é atrair visibilidade internacional e investimentos privados, valorizando o solo urbano ao produzir um território “fora do chão” e inviabilizando a permanência da população de renda mais baixa, ou seja, impelindo à expulsão dos mais pobres. A categoria/conceito de Território é utilizada para construir criticamente a investigação da problemática com o objetivo de desmanchar discursos, consensos e ações de atores que sustentam a reprodução de um território “unifuncional” e fechado. Possibilita uma abertura às alternativas de desenvolvimentos com autonomia, que concedem a cada habitante do lugar o direito da livre imaginação, o pensar utópico, a capacidade de definir, a partir de suas experiências e vivências, o desenvolvimento de suas territorialidades. O Território é considerado como um continuum multidimensional e transescalar, esfera da ação onde a

pluralidade da coexistência de múltiplas trajetórias guarda o potencial convidativo para o “eu” e o “outro” se unirem através das diferenças, entretanto, sem desigualdades, concedendo rosto e voz aos oprimidos. O Território é um meio nas mãos de alguém, e metrópoles e desenvolvimento são mais que conceitos ou noções: são direitos daqueles que devem se apropriar destes para desenhar outros desenvolvimentos a partir de suas experiências cotidianas vividas no território com autonomia.

## **Introdução**

Reconhecer as transformações na sociedade e no espaço, entendendo-os como intrínsecos, é a tarefa do geógrafo, que longe de estar satisfeito apenas com isto, apesar da complexidade inerente aos fenômenos, ainda busca surpreender os processos e estabelecer novas formas de apropriação, uso, gestão, que sejam menos desiguais e contribuam para promover maior justiça social, ou então, espacial. Esta é a força que moveu a inquietação e que resultou neste trabalho, que surgiu a partir da observação de padrões e modelos de cidades, uma homogeneização da paisagem urbana, não só no que diz respeito aos arranha-céus modernos, infraestruturas e redes para acelerar os fluxos, mas, sobretudo, do outro lado, a espacialização da miséria e da pobreza, da segregação, da discriminação e da estigmatização, as favelas e áreas degradadas da cidade. A pergunta é simples: Por que a cidade está assim? As cidades perdem sua história. Chegamos a pensar até se um dia houve uma história, ou se a cidade chegou antes da história (do tempo).

A cidade iluminada e moderna, como vemos, está partida, dividida, fragmentada, não se presta a todos, não se permite a todos, não está acessível a todos, não é um produto de todos. Mas ela é um produto de todos. É preciso então distinguir entre atores e agentes, entre intencionalidades e ações, entre as formas e os símbolos, quem comanda e quem é comandado, quem resiste e quem sofre com a opressão. A velocidade e aceleração das mudanças podem embaralhar os sentidos e até nos orientar à inércia, à completa letargia e complacência, chegando a sugerir-nos que não há mais o que fazer, não há alternativas. Entretanto, é neste momento que o geógrafo entra em cena para provar o contrário: Enquanto há espaço (e tempo), há possibilidade de transformar! Ora, sem espaço não há vida, as relações não poderiam ser desenvolvidas. E o mesmo espaço que é condição e meio para as relações, é produzido por estas, portanto, enquanto houver relacionamentos, conexões entre diferentes entidades múltiplas e plurais, existirão alternativas, esperando serem acessadas, descobertas, reveladas. Mas é preciso esforço, pois a complexidade que o mundo adquiriu não pode ser lida com as mesmas

ferramentas do século passado: A revelação das alternativas virá com a renovação das perspectivas, com o desbravamento de novos horizontes, isto é, o desenvolvimento da disciplina. Não se trata de desprezar o velho, mas, aliá-lo ao novo, sem perder de vista a constante mutação e mutabilidade do real e das ciências.

## **1 – Desenvolvimento e metropolização: A cidade como negócio**

A ocidentalização do mundo foi um processo pelo qual o capitalismo, modo de produção material e espiritual (Ianni, 1993) foi capaz de expandir-se totalmente pelo planeta, constituindo assim, um processo civilizatório universal. Por modelo civilizatório, entendemos como algo mais abrangente que *modo de produção*, que diz respeito apenas à organização e ao conteúdo técnico-tecnológico de uma dada economia, não contemplando as diversas dimensões (economia, política e cultura) presentes nas práticas sociais em uma determinada sociedade (Souza, 2005). Dessa forma, como apresenta Ianni (1993), “o novo ciclo de ocidentalização do mundo é simultaneamente social, econômico, político e cultural; (...) sintetiza-se em padrões e valores sócio-culturais, modos de vida e trabalho, formas de pensamento, possibilidades de imaginação”. É preciso entender o processo e o modelo de produção capitalista, ou seja, a ocidentalização do mundo, em sentido amplo, como reprodução das formas de realização da vida, que não ocorre estritamente na produção de mercadorias como na acepção econômica, mas se estende como afirma Carlos (1996) “ao plano do habitar, ao lazer, à vida privada”, isto é, no âmbito mais simples da vida cotidiana, das relações sociais.

Neste sentido, a categoria de território nos auxilia na produção do conhecimento, pois, além da ênfase nas relações de poder, conforme Haesbaert (2004), “o território, imerso em relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. No que diz respeito à questão do desenvolvimento, veremos que este se instaura como um projeto, uma ideologia, e desdobra-se, simultaneamente, de modo concreto e simbólico nos territórios que domina, neste caso, a metrópole.

Ao tratar sobre as transformações físicas e o planejamento nas áreas metropolitanas, Capel (2003) sugere alguns temas, dentre os quais destacamos a dispersão ou difusão das cidades, apresentando-a como estratégia dos agentes imobiliários no aumento dos preços de residências em centro urbanos consolidados para provocar o deslocamento da população de renda mais baixa para a periferia onde o valor do solo é mais baixo. O fator que caracteriza as novas metrópoles é o seu crescimento contínuo e extensão até as periferias, que tem provocado

o surgimento de pequenos núcleos centrais, com uma tendência a localização de atividades terciárias comerciais e escritórios, como outros serviços, de lazer, por exemplo.

(...) se han diseminado equipamientos comerciales, superficies comerciales, hipermercados, shopping centers, malls, etc., destinados a servir a uma periferia poco equipada y que se hace accesible con las redes de autopistas. (...) Con sus arquitecturas similares en todo el mundo, desde Lisboa o Barcelona a Mexico, Lima o Buenos Aires, crean un contexto que no está vinculado al lugar concreto en que se levantan y que, en cambio, refleja claramente el proceso de globalización, tanto en lo que se refiere a la arquitectura, la organización del espacio y los hábitos de consumo, como en la vinculación a redes multinacionales de comercialización. (Capel, p.221, 2003).

O autor aponta para a escassez de inovação morfológica e arquitetônica, a verticalização, o intenso e explícito processo de auto-segregação e a presença de casas de má qualidade (favelas), afirmando que são os interesses das construtoras, empreiteiras e do mercado imobiliário que prevalecem e dominam as decisões sobre o desenvolvimento da cidade. Isso fica claro em relação às redes que articulam o território: a privatização de rodovias e das concessionárias de transporte inviabiliza uma acessibilidade maior por parte de todos os cidadãos, onde a classe de maior renda recebe os privilégios e a população de baixa renda fica a mercê de serviços precários. Do ponto de vista político, não se pensa na cidade como um todo, não há objetivos claros, o planejamento é fragmentado, se empreende grandes equipamentos ou promoções imobiliárias sem uma visão de conjunto dos problemas que se planejam (Capel, 2003). A cidade é gerida como um negócio, e a iniciativa privada, juntamente com o Estado, “realiza” a cidade segundo seus próprios interesses.

Los promotores inmobiliarios actúan cada vez más libremente y a escala mundial. Su actuación conduce a una clara homogeneización. Hay una presencia creciente del capital internacional y de los equipos de arquitectos internacionales. Los mismos arquitectos se encuentran a veces en diferentes países, y producen una arquitectura verdaderamente mundial sin sentido del lugar, a veces banal y de mala

calidad, simple copia de modelos diseñados en el exterior. (Capel, p.239, 2003).

A metropolização do espaço, segundo Lencioni (2003), condiciona e produz a história urbana atual e consiste numa determinação do momento histórico contemporâneo, comumente referido como globalização, que tem na reestruturação do capital produtivo seu fundamento. Neste sentido, de acordo com a autora, a metrópole é uma necessidade e condição para a garantia da reprodução do capital, destacando-se a concentração de serviços privados e públicos para este fim, a partir de sua viabilização política. Deste modo, partimos do seguinte pressuposto: A intenção, formulada a partir de uma ideologia do desenvolvimento, projeta-se na realidade prático-sensível e produz o espaço conforme a sua imagem e semelhança. Dessa forma, o projeto de desenvolvimento hegemônico, concebido como uma ideologia, produz o espaço metropolitano e este intervém nas relações sociais que também o reproduz. Assim, a metrópole é produto de um projeto de desenvolvimento cuja finalidade é reproduzir a lógica do sistema capitalista. Neste sentido as cidades e metrópoles brasileiras, no que tange ao planejamento e urbanismo, são sistemas concebidos e produzidos “fora do chão”, para dar suporte à dinâmica do mercado global e aos interesses das classes dominantes.

Conforme o filósofo Cornelius Castoriadis (1987), o “desenvolvimento” tornou-se tanto um slogan quanto um tema da ideologia oficial e “profissional” – bem como das políticas dos governos. Segundo o autor, o crescimento econômico era a chave que solucionaria todos os problemas sociais, e o desafio dos países já desenvolvidos consistia em desenvolver ou fazer desenvolver os países “atrasados” ou menos desenvolvidos. Os termos “modernização, “progresso” e “crescimento” passaram a ser praticamente sinônimos de desenvolvimento, e é desta maneira que o filósofo caracteriza o desenvolvimento não apenas como uma ideologia, mas como algo bem mais profundo, denominando de significações imaginárias sociais, ligadas a um grupo de “postulados” (teóricos e práticos) dos quais os mais importantes parecem ser: a) A onipotência virtual da técnica; b) A “ilusão assintótica” referente ao conhecimento científico; c) A “racionalidade” dos mecanismos econômicos; d) Diversos lemas sobre o homem e a sociedade, que se modificaram no correr do tempo, mas que implicam, todos, seja que o homem e a sociedade estão “naturalmente” predestinados ao progresso, ao crescimento, etc. seja – o que é bem mais apropriado à essência do sistema – que eles podem ser manipulados de diversas maneiras para ser conduzidos até esse ponto.

O desenvolvimento ocidental, além de constituir-se como ideologia e significação imaginária social, de acordo com Escobar (2005), surge como discurso histórico após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pois suas raízes remontam processos históricos mais profundos da modernidade e do capitalismo. Especialistas criaram um vasto aparato institucional, por meio do qual o discurso converteu-se numa força social real e efetiva, transformando a realidade econômica, social, cultural e política das sociedades vistas como “atrasadas” ou “subdesenvolvidas”. Na América Latina, denominada como “Terceiro Mundo”, o Brasil foi foco de tais intervenções desenvolvimentistas. Vale aqui um esclarecimento breve sobre a expressão Terceiro Mundo. Compartilhamos da ideia de Verhelst (1992) na qual o termo precisa ser criticado e questionado, pois são enormes as diferenças entre os “Terceiros Mundos”, no que diz respeito à situação geográfica, condições econômicas e especificidades sócio-culturais. Utilizaremos o termo porque é sintético e compreendido por todos.

No sentido de possuir uma autocapacidade de levar o desenvolvimento ao Terceiro Mundo, Schech & Haggis (2003) tratam o desenvolvimento como intenção, o qual assume a possibilidade de agir em nome dele próprio, não sendo um processo imanente, cíclico, mas uma imposição, com capacidade de intervir em prol do progresso, do crescimento. Para as autoras, o desenvolvimento possui diferentes significados, mas é geralmente visto como um objetivo desejável, progresso material e padrão de vida. É um processo de transformação econômica e social que emergiu da Europa e se expandiu para o resto do mundo. Essa expansão deu-se de modo concreto e material, por meio da dominação e do controle de áreas, e também, de modo simbólico e imaterial, por meio de emblemas, fetiches e signos, os quais Ianni (1993) define sendo consubstanciais ao pensamento ocidental: progresso, evolução, ordem e progresso, modernização, racionalização, tecnificação, europeização, americanização. De acordo com Castoriadis (1987) as sociedades ocidentais foram consideradas, até então, como sociedades “desenvolvidas”, entendendo-se com isso que elas eram capazes de produzir um “crescimento auto-sustentado”; e o problema parecia consistir unicamente nisto: conduzir as demais sociedades à famosa “etapa de decolagem”.

Neste sentido, o projeto de desenvolvimento imprime nas cidades e nas metrópoles, seus fetiches e emblemas - modernização, progresso, avanço tecnológico - e estas adquirem características que suplantam o urbano, transformando suas condições para garantir a reprodução cada vez mais acelerada do capital. De acordo com Capel (2001), o urbano é visto como uma forma específica de povoamento e organização espacial. Para Lefebvre (1986), o urbano seria uma forma geral, a da reunião: o conceito parte de uma teoria sobre o espaço

(social) enquanto produto-produtor, isto é, engendrado pelo modo de produção, mas intervindo em todos os níveis: forças produtivas, organização do trabalho, relações de propriedade – instituições e ideologias.

A cidade, como afirma Lefebvre (2001), situa-se num meio termo, é uma mediação entre a ordem próxima (relação dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível, torna-se visível ao se inscrever na ordem próxima (Lefebvre, 2008a, p.52). Assim, Lefebvre (1986) afirma que o urbano é o território onde se desenvolvem a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno, pondo ênfase no cotidiano, na vida das cidades. Segundo o autor, a produção do espaço não se restringe apenas à produção no sentido estrito dos economistas, embora o projeto de desenvolvimento ocidental enfatize a racionalidade econômica. O modo de produção capitalista se defende num “front” muito mais amplo: a reprodução das relações de produção, que se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através do espaço inteiro (Lefebvre, 2008b, p.48).

A própria cidade torna-se mercadoria, as metrópoles tendem a ser rentáveis, devem oferecer oportunidades vantajosas aos megainvestidores globais, e isso se dá através do provimento de infraestruturas físicas e sociais, ocasionando a valorização de determinados lugares em detrimento de outros, o que estimula a competição entre lugares, cidades e regiões, reforçando a reprodução da condição desigual. Carlos (2004), tratando sobre a reprodução da cidade como negócio, explica, fazendo referência a Lefebvre, que a cidade como obra está para o valor de uso, então, como mercadoria, esta é valor de troca. A autora afirma que:

A construção da cidade dos negócios ao realizar o solo urbano como mercadoria indispensável à reprodução do capital financeiro o faz em detrimento da realização do uso – aquela destinada aos espaços residenciais e públicos. Aqui, o espaço improdutivo (aquele da realização da vida cujo uso dispensa a mediação do mercado, conseqüentemente, da troca) se choca com as necessidades da construção dos espaços produtivos – da realização do valor. (Carlos, 2004, p.35).

A cidade como obra passa a ser dividida, fragmentada, analisada como um frio objeto; suas funções são planejadas a partir de uma racionalidade técnica que possui a pretensa ideia de contribuir para o crescimento e ao progresso, emblemas do desenvolvimento ocidental, que fundamenta o ideário do desenvolvimento brasileiro. Um projeto de desenvolvimento monodimensional se instaura na cidade e agora nas metrópoles, redefinindo sua produção, fragmentando-a, provocando segregação espacial, desprezando a dimensão social, política e cultural, de um modo que transforma toda a sociedade em consumidores, e neste sentido o recurso ao aumento do PIB trata de suplantar a realidade social através de taxas de crescimento, de gráficos e por meio de estatísticas. O processo de metropolização se apoia sobre os mesmos emblemas e fetiches do desenvolvimento, expressos concretamente na morfologia da cidade e simbolicamente nas representações do espaço urbano, nos imaginários, num pensamento único que a produz.

## **2 – A ideologia do desenvolvimento em ação: Revitalização, dominação e apropriação**

Quando Haesbaert (2004) define o território como um “continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica”, ele distingue dominação de apropriação, utilizando como referência Lefebvre, apresentando a dominação como posse/propriedade, associada ao valor de troca, e a apropriação sendo um processo mais simbólico, associado ao espaço vivido, ao valor de uso. O autor desenvolve a ideia de que há múltiplos territórios e multiterritorialidades, logo, não existe território unifuncional, homogêneo, o que o faz afirmar que “o convívio de múltiplas territorialidades implica sempre disputas”. Deste modo, o ideário de desenvolvimento à maneira ocidental, implica em tensões no espaço metropolitano, pois diferentes territorialidades entram em conflito, entre o uso e a troca, entre a dominação e a apropriação do espaço urbano. Neste contexto, a iniciativa da governança urbana ao empreender obras e projetos denominados como “revitalização”, “renovação” ou “requalificação urbana”, tem apontado para uma postura de controle e dominação do espaço, a partir da construção de territórios unifuncionais e homogêneos, cuja finalidade é a reprodução do capital em diferentes escalas, para atender a exigências da lógica de mercado e da acumulação de capital. Sob a ideologia e discurso do desenvolvimento em prol do progresso, da modernização, o solo urbano é comercializado, torna-se uma mercadoria, e é a partir desse momento que surge um conflito relacionado a uma característica básica do território: abrigo físico. Aqueles que não possuem recursos para se adaptarem às transformações do espaço urbano são removidos, desterritorializados para se reterritorializarem em áreas desvalorizadas, periféricas, de baixo ou nenhum interesse da



governança urbana, geralmente pobres, degradadas e precárias de serviços. A cidade como obra, definida enquanto seu valor de uso é territorializada por agentes que a concebem como uma mercadoria, produzindo-a enquanto valor de troca, definida pela dominação, controle e posse.

Devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a igreja etc. (Haesbaert, 2004). Ao utilizar o termo *governança urbana*, fazemos referência a Harvey (2005), que define como um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais; significa algo muito mais que “governo” urbano, pois diz respeito à coalizão de forças, onde está, segundo o autor, o poder real de organização da vida urbana. O denominado “empreendedorismo urbano”, também analisado por Harvey (2005), tem como elemento principal a noção de “Parceria Público-Privada” (PPP), cuja finalidade é atração de fontes externas de financiamento e novos investimentos diretos, na qual a participação se dá entre distintos agentes, a saber: Empreiteiras e Construtoras, Agentes e incorporações imobiliários, Bancos, Indústria cultural (mídia), Instituições e Organizações não governamentais (ONG), e, finalmente, o governo e a administração urbana, que “desempenham apenas o papel de facilitador e coordenador” (Harvey, 2005). Os projetos de revitalização são celebrados mediante consórcios firmados entre esses agentes, o que nos leva a concordar com Peet (2007) quando aborda a questão do desenvolvimento apresentando a noção de “complexos institucionais hegemônicos”, formados por agentes econômicos, ideológicos, midiáticos e políticos, “para produzir ideias e políticas com suficiente profundidade teórica e apoio financeiro para dominar o pensamento sobre vastos campos de poder”, isto é, vastos territórios e territorialidades. Os projetos são apresentados e impostos à sociedade inteira como única alternativa viável para o desenvolvimento da cidade. Arquitetos, urbanistas, técnicos, empresários, mídia e políticos, todos compartilham de um mesmo discurso, único e hegemônico, em detrimento dos múltiplos territórios e das múltiplas territorialidades que compõem o espaço urbano.

Conforme Sánchez (2001), as demandas que o capital coloca a frente às cidades já não são apenas as da produção, mas também as referentes à informação e à comunicação, desta forma, o espaço se constrói apresentando e representando discursos e imagens adequadas, evidenciando a importância que vem adquirindo o “city marketing” como instrumento das políticas urbanas, na qual a cidade é concebida como uma “vitrine global”, em exposição para o mundo. O objetivo é a produção de “cidades modelo”, seguindo os padrões internacionais hegemônicos, ou seja, produzindo morfologias homogêneas, como uma repetição em série. A

cidade é concebida como uma “máquina de crescimento” (growt machine). De acordo com Arantes (2000), são as grandes empresas quem de fato “fazem a cidade”, por isso a mesma paisagem por toda a parte. Segundo Harvey (2005), o novo empreendedorismo urbano se apoia através da PPP, *“enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico”*:

É deste modo que o desenvolvimento metropolitano na/da cidade do Rio de Janeiro caminha. Apoiado na representação e construção simbólica de “cidade maravilhosa”, o “Projeto Porto Maravilha” instaura a renovação e requalificação urbana da zona portuária da cidade, caracterizada pelos agentes envolvidos no projeto como “área abandonada pelo poder público, degradada e deteriorada”. Analisando o material do projeto, verificamos uma série de jargões presentes no discurso desenvolvimentista e empreendedor da estratégia de renovação urbana e do city marketing: “Requalificação cultural e econômica da área”; “Rio – excelência na transmissão de dados através de um inovador projeto de telecomunicações”; “conexão de alta velocidade, comparável a das mais modernas cidades do mundo”; “forma planejada de (re)construir a cidade”; “devolução do tesouro histórico à cidade”; “exemplo de modernidade”; “circulação de pessoas, negócios e oportunidades”. Em relação à PPP, segue a transcrição da fala do prefeito da cidade, Eduardo Paes, publicada na revista propagandística do projeto:

*“É sempre bom lembrar que tudo isso está acontecendo sem dinheiro do município, apenas com recursos privados provenientes da venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) na maior Parceria Público-Privada do País” (Eduardo Paes – Prefeito da cidade do Rio de Janeiro).*

De acordo com o veículo de comunicação oficial do projeto, *“ao mesmo tempo em que a região se requalifica com obras geridas pela Prefeitura do Rio, a construção de empreendimentos privados ocupa canteiros com operários e, em futuro breve, com trabalhadores e moradores” (...)* *“cada vez mais novos negócios chegam à região. São mais de 70 pedidos de aprovação de projetos imobiliários residenciais, comerciais e de uso misto. O número retrata o aumento de interesse pela área, motivada pelos substanciais investimentos e efeitos visíveis da requalificação”*. Em nota publicada na revista: *“o governo federal vai liberar R\$ 1,63 bilhão em recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Mobilidade para o corredor expresso de BRT (Bus Rapid Transit) da Avenida Brasil (...) o repasse federal para o VLT (Veículo Leve sobre trilhos) será de R\$ 500 milhões, e o restante será viabilizado por meio*

de uma *Parceria Público Privada*”. Há uma contradição nessas informações no que diz respeito ao uso de dinheiro público. O prefeito alega que tudo acontece sem dinheiro do município, mas há investimento dos cofres federais, ou seja, público, num projeto que visa beneficiar claramente as empresas e iniciativas de ordem privada. Ocorre o que Harvey (2011) bem descreveu:

A parceria entre o poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros. Os cidadãos ficam à espera de benefícios que nunca chegam. (Harvey, p.190, 2011).

Seguem abaixo algumas das propagandas e fotos da representação (simbólica) e concretização da ideologia de desenvolvimento presente na revitalização ou requalificação urbana da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro:



Figura 1 – “O mundo dos negócios agora tem seu Porto Seguro”. Publicidade do empreendimento: Observamos como é explícita a concepção da cidade como mercadoria, como um negócio.



Figura 2 – “Virou o Pólo do Futuro”. A propaganda reforça a ideologia e discurso do progresso, ou seja, o imaginário de desenvolvimento como estritamente econômico, modernizante e técnico, visivelmente para apenas uma parte da cidade, homogeneizada, fragmentada e hierarquizada.



Figura 3 – “Meu Porto Maravilha”. Tentativa de apresentar um projeto de interesse de toda a população da cidade, mas que na verdade beneficiará a poucos e provocará gentrificação: “invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes no coração das cidades, ou seja, determinar quem sai e quem entra” (Arantes, p.31, 2000). A população original desta área, a quem o projeto realmente deveria beneficiar, vivencia a revitalização como mecanismo gerador de expulsão e segregação social.



Figura 4 – Canteiro de obras, placa com as empresas participantes do consórcio e grafite: Distintos agentes e atores sociais, um exemplo de múltiplos territórios e multiterritorialidade na metrópole, disputas, tensões e conflitos.

### **3 – Desenvolvimento, autonomia e múltiplos territórios**

Compreendendo a ideia de múltiplos territórios e multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2004), a partir da construção de práticas que conduzam o indivíduo e/ou a coletividade à autonomia, o poder de decisão sobre o modo de realização da vida, isto é, o desenvolvimento passa a estar nas mãos de cada habitante em seu lugar. A metrópole é formada por uma articulação de lugares, o cotidiano onde o sujeito se reconhece, onde há laços de identidade e afetividade, o espaço vivido. A metrópole, analisada como um território, não pode ser apreendida como unifuncional e homogênea, ainda que distintos agentes que operam com este intuito, que é da reprodução e gestão do capital assim a concebam. Formada por múltiplos territórios e produto de multiterritorialidades, assim se constitui a metrópole. As relações heterônomas impedem a conquista da autonomia, portanto, é preciso denunciar e desmanchar todos os aparatos estratégicos constituídos para dominação e controle do espaço, produtores de opressão, injustiça e desigualdade. Isto se faz com a reconquista do direito à cidade, direito do cidadão orientar o próprio desenvolvimento, conduzindo o processo de metropolização com autonomia e justiça social.

Compartilhamos da ideia de Haesbaert (2004) quando alega que os processos de (multi)territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam, nas repercussões em termos de intervenção na realidade concreta como estratégia de poder. Como afirma Doreen Massey (2012), o espaço é um produto de inter-relações, esfera de possibilidade da existência da multiplicidade, ou seja, permite um reconhecimento mais completo da coexistência simultânea de outros, com suas próprias trajetórias e com sua própria estória para contar. Segundo a autora, a imaginação da globalização como uma sequência histórica não reconhece a coexistência simultânea de outras histórias com características que sejam distintas e futuros que, potencialmente, também possam tê-lo (p.31). A entidade histórico-geográfica Ocidente, e seu projeto de desenvolvimento, não reconhecem essas possibilidades, e, por onde passa, instaura seus padrões, econômicos, políticos e culturais; um imaginário social suplanta saberes e formas de organização locais, enfrentado resistências sim, mas transformando ou hibridizando a cultura, ou, um universo específico e particular de valores. Dessa forma, conceber o espaço (e o território) como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política (Massey, p.95, 2012).

Essa concepção aberta do espaço, e, portanto, do território, vai de encontro com o que Souza (1996) propõe, a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial, pois, como o autor afirma, muitos tem encerrado a discussão sobre o desenvolvimento com a seguinte sentença: “o desenvolvimento só tem servido à ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pasteurização cultural”. De acordo com o autor, o desenvolvimento é “um processo de aprimoramento (gradativo, ou também, através de bruscas rupturas) das condições gerais do viver em sociedade em nome de uma maior felicidade individual ou coletiva”. O princípio ético e político norteador para o desenvolvimento é a autonomia. Esta, como projeto, segundo Castoriadis (1987-1992), surge na modernidade (1750-1950), quando as formas políticas são questionadas, há rupturas com o passado e a contestação invade outros domínios (ciência, religião, política, artes); a razão é a arma principal contra a tradição: A afirmação da possibilidade e do direito de os indivíduos e da coletividade encontrarem em si mesmos (ou produzirem) os princípios norteadores de suas vidas prolonga-se. Porém, (sobre)vivendo numa época caracterizada pelo autor como “a retração no conformismo”: o projeto de autonomia longe de estar encerrado, mostrou-se inadequado em sua trajetória nos últimos séculos, como significação nucleada na modernidade, e por isso, novas atitudes humanas e objetivos políticos são exigidos. Conforme Souza (1996) “a autonomia de uma coletividade traz subentendida uma territorialidade autônoma, ou seja, uma gestão autônoma, por parte da coletividade em questão, dos recursos contidos em seu território, que é o espaço por ela controlado e influenciado”.

Deste modo, concordamos ser a autonomia o princípio ético e político basilar para o desenvolvimento nas cidades e metrópoles, que tem apresentado uma gestão oposta, isto é, heterônoma, que ocorre “quando as leis que regem uma sociedade são deliberadas não pelo conjunto dos indivíduos pertencentes a essa sociedade de maneira lúcida e com conhecimento de causa, mas impostas de cima para baixo (opressão interna), de fora para dentro (opressão externa) e/ou ‘divinizadas’ ou ‘naturalizadas’” (Souza, 2001). Os múltiplos territórios e as multiterritorialidades metropolitanas são ignorados e subjugados em detrimento de uma territorialidade e um território hegemônico, e assim, a produção do espaço se dá negligenciado o “outro”, afirmando o “eu”, elitizado, rico, macho e branco. É preciso romper com este movimento e reconhecer múltiplos territórios e multiterritorialidades. Este é um processo gradual, que segundo Souza (2001, p.164), “corresponde a ancorar espacialmente, de várias maneiras, a conquista de novos direitos e liberdades para o maior número possível de pessoas: facilitando acessos e garantindo a mobilidade, eliminando símbolos que induzam ao preconceito,

extinguindo fronteiras (barreiras físicas ou não) ilegítimamente excludentes”. O autor apresenta que é preciso dialogar sem imposições e/ou intervenções, reconhecendo as particularidades de cada cultura (universo valorativo, variantes do mesmo imaginário), levando em conta as relações de poder envolvidas, sem uma deslegitimação apriorística nem uma saudação apriorística da diferença.

A possibilidade aberta pela concepção de múltiplos territórios e multiterritorialidades é o que nos permite reconhecer as particularidades de cada lugar, pois, de modo explícito nas paisagens, podemos perceber que o espaço não é homogêneo, há diversidade, multiplicidade e pluralidade, se manifestando em modos territoriais, simbólicos ou concretos. É no lugar onde essas práticas adquirem significado, onde o indivíduo e as coletividades se enxergam e se identificam; as práticas espaciais, definidas pelo uso, no cotidiano, constroem as significações a partir de um lócus referencial, o lugar, espaço vivido. Quando consideramos multiterritorialidades, também reconhecemos as relações mais funcionais e afetivas do indivíduo ou do grupo com/em seu lugar, e, deste modo, através do diálogo, podemos apreender as particularidades que orientam os saberes, formas de organização e comunicação, enfim, toda as relações sociais que são do local. Como Massey (2001) afirma, é preciso repensar o sentido do lugar, sem considera-lo como algo em si mesmo, ou seja, reacionário, nem como uma panaceia, onde se perpetuam modos de vida e saberes intactos. O lugar possui um sentido global, ainda que resista, não está livre. De acordo com a autora, “se se reconhece que as pessoas tem identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares”, parafraseando-a, podemos dizer a mesma coisa dos territórios, eles são múltiplos e plurais, contém e são produto de multiterritorialidades, identidades múltiplas. Segundo a autora, “o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num lócus particular”. Pensamos o mesmo para o território, enfatizando as relações de poder, entre apropriação e dominação, poder mais simbólico e/ou mais concreto e funcional.

O desenvolvimento, segundo Escobar (p. 44, 1995 apud Radomsky, 2011), “foi – e continua a ser em grande parte – uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticos, que podem ser movimentados para cima e para baixo em gráficos de progresso”. O processo de metropolização tem refletido esse imaginário, atualmente, revestido pelo neoliberalismo. Entretanto, surge um movimento crítico que visa não só combater e denunciar os males do desenvolvimento ocidental como também descentralizar a produção do conhecimento, ou seja, o

regime de verdades que circulam e determinam o modo de pensar e agir. O pós-desenvolvimento e o pós-colonialismo apresentam uma revisão crítica da modernidade, tornando visível o silêncio imposto às alternativas à modernidade e ao desenvolvimento, sem recorrer aos cânones do ocidentalismo, uma verdadeira “insurgência epistêmica”, cuja finalidade é produzir um conhecimento decolonizante, destituindo o saber eurocêntrico como único e legítimo: A experiência das pessoas torna-se a âncora da desconstrução (Radomsky, 2011). Como há múltiplos territórios e múltiplas territorialidades, a gama de alternativas à modernidade e ao desenvolvimento ocidental, também são múltiplas, e estão presentes na vivência cotidiana, que resiste e luta, que se transforma, que aglutina o global ao local.

No início da década de 1970, Lefebvre publicava “O direito à cidade”, e neste ele apresentou o seguinte: “ a sociedade em que vivemos parece voltada na direção da plenitude, ou pelo menos na direção do pleno (objetos e bens duráveis, quantidade, satisfação, racionalidade)” (Lefebvre, 2008a). O direito à cidade é uma conquista que se dá quando os cidadãos, sujeitos, indivíduos ou grupos, decidem a trajetória que irão prosseguir, sem a imposição ou intervenção de instituições e organizações que demonstram poder determinar este caminho. O Estado, os bancos, as empresas, os técnicos, arquitetos e urbanistas, devem estar a serviço do cidadão, atendendo, através do conhecimento que possuem, as necessidades daqueles que vivem o lugar como valor de uso, isto é, se apropriam deste para realizar suas vidas. A autonomia é o caminho para promover o direito à cidade, o direito à viver a metrópole e os serviços que ela oferece, hoje, para apenas uma parte da sociedade. Como afirmou o filósofo francês: “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade”. Penso que, com a difusão das cidades e desenvolvimento técnico-científico, o direito à cidade deve se estender às metrópoles, a favor da humanidade em sua pluralidade.

Nota:

<sup>1</sup> CEPACS – Títulos usados para financiar Operações Urbanas Consorciadas que recuperem áreas degradadas nas cidades. Segundo o projeto, os interessados em construir são beneficiados pelo aumento do **Potencial de Construção**, que lhes confere o direito, mediante a compra de Cepas, de construir acima da metragem original de um edifício. A intenção é que o dinheiro da venda dos Certificados pague todas as obras e serviços da Operação Porto Maravilha, fazendo com que o município não desembolse dinheiro para as obras e ainda economize nos serviços públicos.



## Referências bibliográficas:

Arantes, O. 2000. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. IN: A cidade do Pensamento único – Desmanchando Consensos. Petrópolis, RJ, 2ª edição, Editora Vozes.

Capel, H. 2001. Dibujar el mundo – Borges, la ciudad y la geografía del siglo XXI. Barcelona, Ediciones del Serbal.

\_\_\_\_\_ 2003. La Cosmópolis y la Ciudad. Barcelona, Ediciones del Serbal.

Carlos, A. F. A. 2004. A reprodução da cidade como negócio. In: Carlos, A. F. A.; Carreras, C.. (Org.). Urbanização e Mundialização. Estudos sobre a metrópole. São Paulo: Editora Contexto.

\_\_\_\_\_ 1996. A natureza do espaço fragmentado. In: Santos, M; Souza, M. A. A. de; Silveira, M. L. (Org.). Território: Globalização e fragmentação. São Paulo, Editora HUCITEC.

Castoriadis, C. 1987-1992. O Mundo fragmentado (Encruzilhadas do labirinto III). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ 1987. Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade. In: Castoriadis, C. As Encruzilhadas do labirinto II, os domínios do homem. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Escobar, A. 2005. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: Mato, D. (coord.) Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización. Caracas, Facultad de Ciências Económicas y Sociales, Universidade Central de Venezuela.

Haesbaert, R. 2004. Da desterritorialização à multiterritorialidade. X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo.

Harvey, D. 2005. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo, Editora Annablume.

\_\_\_\_\_ 2011. Espaços de Esperança. São Paulo, 4ª edição. Edições Loyola.

Ianni, O. 1993. A sociedade Global. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Lefebvre, H. 1986. Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne. Paris, Messidor/Éditions Sociales.

\_\_\_\_\_ 2008a. O direito à cidade. São Paulo, 5ª edição, Centauro Editora.

\_\_\_\_\_ 2008b. Espaço e Política. Belo Horizonte, UFMG.

Lencione, S. 2003. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: Metrópole – governo, sociedade e território. SILVA, C. A. da. FREIRE, D. G. & OLIVEIRA, F. J. G. de (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A: Faperj.

Massey, D. 2012. Pelo Espaço. Rio de Janeiro, 3ª edição, Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_ 2000. Um sentido global do Lugar IN: Arantes, Antônio (org). O espaço da diferença. Campinas: Papirus.

Peet, R. 2007. Imaginário de Desenvolvimento. IN: Fernandes, B.M; Marques, M.I; Suzuki, J.C.(orgs). Geografia Agrária: Teoria e poder, São Paulo, Expressão Popular.

Radomsky, G.F.W. 2011. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. IN Revista Brasileira Ciências Sociais. Vol. 26, nº75, São Paulo.

Sánchez, F. 2009. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. IN: A duração das Cidades. Acselrad, H. (org). Rio de Janeiro, 2ª edição, Editora Lamparina.

Schech, S. e Haggis, J. 2003. Culture and Development, a critical introduction. Oxford (UK)/ Malden (USA), Blackwell Publishing.

Souza, M. L. de. 1996. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. Território. Vol. 1. Rio de Janeiro, Laget/UFRJ. p.5-22.

\_\_\_\_\_ 2001. Território do Outro, problemática do mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia Universalismo Ético versus Relativismo Cultural. IN: Rosendahl, Z. & Corrêa, R.L. (org). Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro, EdUERJ.

\_\_\_\_\_ 2005. O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Verhelst, T. G. 1992. O direito à diferença, Identidades Culturais e desenvolvimento. Petrópolis/Rio de Janeiro, Editora Vozes.

---